

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

COOPERATIVAS DECRESCENTISTAS COMO ALTERNATIVA AO
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO EM PORTUGAL

JÉSSICA SOFIA CHAINHO PEREIRA, L49292

OUTUBRO - 2019



MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**COOPERATIVAS DECRESCENTISTAS COMO ALTERNATIVA AO
DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO EM PORTUGAL**

JÉSSICA SOFIA CHAINHO PEREIRA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA IOLANDA ÉVORA

OUTUBRO - 2019

ABSTRACT

The last economic and financial crisis (2007) demonstrated to the so-called developed countries the environmental, social and economic impossibility of continuing to pursue a development model based on infinite growth. Under the idea that the North too can suffer from its own mantras of continuous material progress, the present dissertation analyses how degrowth cooperatives are an alternative to the conventional development paradigm, through a case study of the Cooperativa Integral Minga, a Portuguese multisectoral cooperative located in Montemor-o-Novo. Following the critique of Post-Development and, consequently, of the Degrowth theory, the aim is to understand how this experience works in Portugal from appropriation tools such as the restoration of democracy, economic relocation and the voluntary change of behaviours and values. This will be done through a qualitative analysis using semi-structured interviews, non-participant observation and secondary and documentary data.

KEYWORDS: Degrowth; Post-Development; Degrowth cooperatives; Cooperativism; Cooperativa Integral Minga; Portugal.

RESUMO

A última crise económica e financeira (2007) demonstrou aos países descritos como desenvolvidos a impossibilidade ambiental, social e económica de se continuar a perseguir um modelo de desenvolvimento assente no crescimento infinito. Sob a ideia de que também o *Norte* pode sofrer com as suas *mantras* de um progresso material contínuo, a presente dissertação analisa de que forma cooperativas decrescentistas se constituem como alternativa ao modelo de desenvolvimento convencional, através de um estudo de caso da Cooperativa Integral Minga, uma cooperativa multissetorial situada em Montemor-o-Novo. Seguindo a crítica do Pós-Desenvolvimento e, consequentemente, do Decrescimento, objetiva-se perceber como esta experiência funciona em Portugal a partir de ferramentas de apropriação como o restabelecimento da democracia, a realocação económica e a mudança voluntária de comportamentos e valores. Para tal, seguiu-se uma análise do tipo qualitativa, com recurso a entrevistas semi-estruturadas, a observação não participante e a dados secundários e documentais.

PALAVRAS-CHAVE: Decrescimento; Pós-Desenvolvimento; Cooperativismo; Cooperativas decrescentistas; Cooperativa Integral Minga; Portugal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos cooperantes da *Cooperativa Integral Minga* por me terem recebido de braços abertos, desde o primeiro momento. Agradeço ao Gerbert, à Alexandra, à Telma, ao Jorge, à Tânia, à Ana e ao Miguel as conversas, as visitas e os momentos de felicidade e conhecimento que me proporcionaram!

À Professora Doutora Iolanda Évora agradeço a orientação, conselhos e motivação, não apenas no desenvolvimento da dissertação, mas também durante o mestrado, contribuindo para que este trajeto fosse mais rico e bonito.

Às mulheres da minha vida que são muitas, por me apoiarem e inspirarem nas suas mais diferentes formas de estar e vivências. Obrigada, obrigada e obrigada!

Ao meu pai que me permitiu sempre seguir o meu caminho. À minha mãe pelo apoio incondicional neste caminho, por apoiar as minhas maratonas de estudo e partilhar o meu *stress* constante.

E, por fim, mas nunca menos importante, às duas pessoas a quem dedico este trabalho: à minha avó Nani e ao meu avô Álvaro, estrelas d'Alva.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AG – Assembleia Geral.

CIC – Cooperativa Integral Catalã.

CIM – Cooperativa Integral Minga.

CSC - Cooperativa Social Cargonomia.

DC – Decrescimento.

ES – Economia Solidária.

PD – Pós-Desenvolvimento.

PIB – Produto Interno Bruto.

Índice

Abstract.....	iii
Resumo	iii
Agradecimentos	iv
Lista de Acrónimos e Abreviaturas	v
I. Introdução.....	2
II. Revisão da Literatura	4
1. <i>Alternativas ao desenvolvimento</i>	4
1.1. <i>Pós-Desenvolvimento</i>	4
1.2. <i>Decrescimento</i>	6
1.2.1. <i>Caminho para o decrescimento</i>	8
2. <i>Economia Solidária</i>	10
2.1. <i>Cooperativas</i>	11
III. Cooperativas decrescentistas no <i>Norte</i>	12
IV. A Pesquisa de Campo.....	13
1. <i>Metodologia</i>	13
2. <i>Cooperativa Integral Minga</i>	15
3. <i>Análise dos Resultados</i>	17
3.1. <i>O que é a Minga?</i>	17
3.2. <i>Conceito de Decrescimento</i>	18
3.3. <i>O que caracteriza a Minga como decrescentista e alternativa?</i>	20
3.3.1. <i>Restabelecimento da Democracia</i>	22
3.3.2. <i>Relocalização da Economia</i>	24
3.3.3. <i>Mudança Voluntária de Comportamentos e Valores</i>	26
V. Conclusão e Recomendações	28
VI. Bibliografia.....	31
VII. Anexos.....	40
<i>Anexos A</i>	40
<i>Anexos B</i>	42
<i>Anexo C</i>	43

I. Introdução

A última crise económica e financeira de 2007 provou ao *Norte*¹ a fragilidade e as injustiças do modelo económico durante anos por si prescrito como caminho do progresso e de desenvolvimento (Léna & Nascimento, 2012). Ao incremento do desemprego e das desigualdades entre e intra países, juntaram-se evidências de como o “*supercrecimento*” dos países industrializados punha em risco o planeta (IBIDEM; Latouche, 2011). Os “*indignados*” pediam o abandono da ilusão de progresso material contínuo, reivindicando “*uma outra economia, outra forma de produzir, consumir e distribuir*” e “*a capacidade de intervenção no seu próprio destino*” (Léna & Nascimento, 2012:10).

Para o *Sul* este cenário não era novo. No fim do século passado, a ineficácia de décadas de programas e estratégias de desenvolvimento agravaram o descontentamento e reforçaram a necessidade de superação de um paradigma obsoleto marcado por interesses geoestratégicos (Roque Amaro, 2017; Gudynas, 2017). O Pós-Desenvolvimento (PD) encabeçou esta reflexão, reafirmando a urgência de se repensar a validade de soluções universais (IBIDEM; Carvalho & Aquino, 2017).

Dentro da ‘*belly of the beast*’, nos países considerados desenvolvidos, o Decrescimento (DC) aparece como crítica à perseguição incessante do crescimento económico e do PIB como objetivo político final (Kothari *et. al.*, 2014; Kallis *et. al.*, 2015). É a procura “*for building, in a voluntary way, a better society and creating a new ‘post-development’ pattern that is socially just and within ecological limits*” (Martínez-Alier *et. al.*, 2010 *cit in* Cosme *et. al.*, 2017:323). É uma proposta para a construção de sociedades nas quais “*se viverá melhor, trabalhando e consumindo menos*” (Latouche, 2011:20). Todavia, criticar a panaceia para todos os males (ou a ideia de “desenvolvimento” reduzido à dimensão de crescimento económico) continua a ser “*uma abordagem particularmente iconoclasta na sociedade ocidental, onde constitui um mito fundador*” (Léna & Nascimento, 2012:10). Mas como Roque Amaro (2017:81) reflete

¹ Ligado às Epistemologias do Sul, de Boaventura Sousa Santos, o “Norte” e o “Sul” aqui não são entendidos como lugares geográficos, mas como conceitos construídos mutuamente que acarretam “*a natureza hierárquica das relações (...) [que] permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais*” (Meneses, 2008:5). Enquanto, neste âmbito, o *Norte* é o (ex-)colonizador económico, social, político e simbólico que subjuga e exclui outros *saberes* que não os seus, o *Sul* é “*uma metáfora do sofrimento injusto promovido pela opressão do colonialismo, do capitalismo e do heteropatriarcado e (...) um espaço plural de criatividade epistemológica intimamente ligada aos conhecimentos forjados nas resistências e nas lutas*” (CES, 2019:1).

“*como sonho ou utopia, [o desenvolvimento] tornou-se, muitas vezes, um mito!*” até para aqueles que o edificaram.

Neste âmbito, face ao que Bendix (2017) alertou para a ausência de reflexão sobre abordagens pós-desenvolvimentistas no *Norte*, esta dissertação objetiva debater o projeto de decrescimento em Portugal sob a forma de experiências cooperativas autogeridas, a partir de três interrogações:

1. De que forma cooperativas decrescentistas, como a Cooperativa Integral Minga (CIM), se constituem como alternativas ao desenvolvimento?
2. Coincidem com a perspetiva teórica do decrescimento?
3. Atingem os fins a que se propõem?

Não obstante a riqueza do campo do cooperativismo no país, estudá-lo como meio de desenvolvimento alternativo ao paradigma convencional é algo raro. Neste sentido, intenta-se analisar como estas iniciativas surgem, sob o ponto de vista que consideram mais justo e humano em contrapartida ao que dizem não o ser. Impõe-se, por isso, compreender de que forma a CIM funciona e pratica uma vivência alternativa, se os objetivos/princípios a que se propõe são alcançados e coincidem com a teoria, aspeto relevante para a confirmação da pertinência e objetivos da mesma.

Para tal, dividir-se-á a dissertação em cinco capítulos: o *primeiro* é composto pelo enquadramento da problemática que são as experiências cooperativas decrescentistas como meio de desenvolvimento alternativo ao paradigma convencional, pelos objetivos, questões de investigação e a contribuição do tema para a Academia; o *segundo* engloba a revisão da literatura, recorrendo-se ao PD e às suas propostas como teoria crítica, especificamente as do Decrescimento (origens e ideias, nomeadamente as ligadas à Economia Solidária (ES) e ao cooperativismo); o *terceiro* expõe exemplos de cooperativas decrescentistas no *Norte* (Europa), de forma a perceber como funcionam os empreendimentos sociais que seguem esta filosofia; no *penúltimo* explicita-se a escolha metodológica, o trabalho de campo e os principais resultados, através de uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e observação não participante; e, finalmente, o *quinto* capítulo engloba as considerações finais.

II. Revisão da Literatura

1. Alternativas ao desenvolvimento

1.1. Pós-Desenvolvimento

A crença sobre a capacidade de o crescimento económico conduzir os países a um progresso holístico apareceu como fundamento para o discurso político após a Segunda Guerra Mundial, quando o presidente Harry Truman (1949) anunciou um programa de desenvolvimento que transformaria o mundo (Cristaldo *et. al.*, 2018; Escobar, 1995). As diferenças de ‘estágios de desenvolvimento’ eram entendidas como resultado estrito de condições endógenas dos países, sendo necessário criar-se condições para a replicação das características das nações desenvolvidas² (IBIDEM). Para tal, bastava que os países ‘atrasados’ seguissem uma receita de políticas prescrita pelos países e instituições do Norte global (IBIDEM). Consequentemente, o desenvolvimento de cariz economicista e produtivista, confundido muitas vezes com crescimento económico, foi apresentado como o ‘pote de ouro escondido no fim do arco-íris’ (IBIDEM; Roque Amaro, 2017; Rocha da Silva, 2016).

Quatro décadas depois, a busca transformou-se num pesadelo para muitos países³ (Escobar, 1995; Gudynas & Acosta, 2011; Rivero, 2010 *cit in* Cristaldo *et. al.*, 2018). Questionava-se se a prosperidade anunciada aconteceria realmente ou se as estratégias de desenvolvimento seriam “*trapaça[s] do sistema para estender a hegemonia do capitalismo a todo o planeta*” (Rist, 2012:135). Mais, o fracasso das propostas da década de 1970⁴ fundamentava a indesejabilidade de salvar o conceito de desenvolvimento, reivindicando-se a superação para um período livre “*das influências negativas de um conceito, dominado por intenções geo-estratégicas de natureza capitalista, colonialista e patriarcal*”: uma era pós-desenvolvimento (Roque Amaro, 2017:82).

Encabeçado por teóricos como Arturo Escobar, Eduardo Gudynas, Felwine Sarr, Gilbert Rist, Serge Latouche e Wolfgang Sachs, o PD surge, como crítica pós-estruturalista ao desenvolvimento (Gudynas, 2014; Roque Amaro, 2017). Influenciada

² Como níveis elevados de industrialização, de urbanização, a mecanização da agricultura, o crescimento rápido da produção e a difusão dos padrões de vida, dos valores culturais e da educação moderna (Escobar, 1995).

³ Apenas uma ínfima parcela de países conseguiu o tão ambicionado *catching up* (Rivero, 2010 *cit in* Cristaldo *et. al.*, 2018).

⁴ Entre 1940-1970, os debates centraram-se em questões macroeconómicas relacionadas com o rendimento nacional, a produção, o emprego e o investimento, porém ao entender-se que se tinha negligenciado inúmeras questões, elaboraram-se novas propostas de desenvolvimento não convencionais, agrupadas na categoria do *desenvolvimento alternativo* como “*outro desenvolvimento*”, “*desenvolvimento sustentável*”, “*desenvolvimento humano*”, “*desenvolvimento participativo*”, entre outros (Ospina & Masullo-Jiménez, 2017; Escobar, 1995).

pela obra de Michael Foucault, a *nova* corrente percebe o desenvolvimento como um discurso historicamente produzido, que opera como um mecanismo para a produção cultural, social e económica dos designados *países desenvolvidos* (Ospina & Masullo-Jiménez, 2017:108; Escobar, 1995; Rist, 1997 *cit in* Escobar, 2015). Para o PD, este discurso carrega uma linguagem e juízos que resultam de uma reflexão parcial, do produto de relações de poder “*that reflect the (imperialistic) values and interests of the First World*” (Bennett, 2012:977).

O PD distinguia-se, assim, ao questionar as bases conceptuais, ideológicas e culturais transversais a todos os arranjos e manifestações do desenvolvimento (Gudynas & Acosta, 2011; Escobar, 2015). Ao rejeitar⁵ todo o paradigma, o PD dissociou os seus pressupostos como principais e únicos promotores do progresso e bem-estar, ao mesmo tempo que alargou o espectro para a validação de outras vivências, de novas formas das sociedades produzirem, acederem e distribuírem os seus bens e serviços (Gudynas, 2014, 2017; Ospina & Masullo-Jiménez, 2017).

Surge então a questão: “*if not development, then what?*” (Ospina & Masullo-Jiménez, 2017:110). Como modelo contra-hegemónico, o pós-desenvolvimento procura respeitar a diversidade de caminhos opondo-se a modelos únicos, por considerar que cada sociedade deve olhar para as suas circunstâncias específicas e a partir daí escolher (Bennett, 2012; Ospina & Masullo-Jiménez, 2017). Desta ideia emergiram noções como o *Buen Vivir* (América do Sul), o *Ubuntu* (África), o *Swaraj* (Índia), e o *Decrescimento* (Europa) (Kothari *et. al.*, 2014; Ziai, 2014). Embora diverjam no que consideram que deve ser feito, todas se constituem como crítica e alternativa à atual hegemonia do desenvolvimento, à homogeneização de culturas e aos modelos de produção e consumo dominantes (IBIDEM).

É importante, porém, referir que não é consensual que o DC seja um conceito pós-desenvolvimentista (IBIDEM; Escobar, 1995; Rocha da Silva, 2016). Autores como Escobar (2015) e Gudynas (2014) questionam esta familiaridade, defendendo que pese embora as semelhanças, permanecem teorias distintas pelo facto de surgirem em áreas geográficas diferentes (Norte/Sul)⁶. Noutro extremo, encontram-se teóricos como Kothari

⁵ Não se queria promover formas alternativas de desenvolvimento, mas formas alternativas ao desenvolvimento.

⁶ Apesar deste argumento, Sarr, pensador africano crítico do desenvolvimento, na obra “Afrotopia” (2016) refere pressupostos idênticos aos do DC, nomeadamente a necessidade de abandonar indicadores como o PIB e de descolonizar do imaginário social o mito desenvolvimentista. Este contributo vem reforçar a ideia da descendência entre conceitos, mesmo que estes surjam em contextos geográficos distintos.

et. al. (2014:366) que designam o DC como a materialização da crítica pós-desenvolvimentista dentro da “*belly of the beast’ capitalist or industrialized countries*”.

Na visão de Ziai (2015), estes conceitos devem ser analisados como manifestações pós-desenvolvimentistas em contextos culturais diferentes. Segundo o autor, o facto de o desenvolvimento nunca ter sido uma força-motora de mudança social no *Norte*⁷, explica a razão de as críticas serem dirigidas ao crescimento que, como o desenvolvimento⁸, foi percebido como uma justificativa e um objetivo de políticas (IBIDEM). Para si (2015:150), o caminho é “*designate degrowth as a specifically European PD concept: secular, science-based and oblivious to the problems of universalism*”.

Ao enveredar pela última perspectiva, a dissertação pretende contribuir para enriquecer o debate do PD no *Norte*, particularmente, pela asserção de que este não é um bloco monolítico, que também “*as periferias dos sistemas dominantes*” são palco de questionamentos e resistências, mesmo situando-se no “*Sul do Norte*” (Roque Amaro, 2017:98; Bendix, 2017).

1.2. Decrescimento

O alerta⁹ sobre os efeitos nefastos da persecução do crescimento infinito e a consequente urgência de mudança de paradigma não é novo. São inúmeras as evidências sobre como o “*supercrescimento económico*” das nações ricas ameaça todo o planeta (Latouche, 2011:38). Não obstante, para Latouche (2011:13), continuamos a ignorar que provimos de uma sociedade “*fagocitada por uma economia que não possui outra finalidade senão o crescimento pelo crescimento*”. Sob a noção de que “*a farsa do desenvolvimento duradouro diz respeito tanto ao Norte como ao Sul (...) [porque] os perigos do crescimento são agora planetários*”, teóricos como Latouche analisaram as implicações do PD no Norte global e criaram uma proposta concreta para uma mudança civilizacional: o decrescimento (Latouche, 2011:82; Arancibia, 2012; Escobar, 2015).

Influenciado por teorias como a Ecologia, a Bioeconomia e a Antropologia, “*o projeto de uma sociedade autónoma e frugal (...) do decrescimento*” constitui-se como

⁷ Em comparação com o que aconteceu no *Sul*.

⁸ Ao mesmo tempo, Rocha da Silva (2016:173) defende que “*dentro do modelo capitalista, [o] desenvolvimento impõe-se, inevitavelmente, como um processo de aceleração do crescimento económico, da produção e do consumo*”, o que reforça a ideia de que o *Norte* também pode ser explorado por este ‘mito’, mesmo que em matrizes diferentes.

⁹ Obras como *Silent Spring* de Rachel Carson (1962) e o relatório do Clube de Roma sobre *The Limits to Growth* (1972) já alertavam para a aproximação dos limites ecológicos.

um slogan político que pretende a renúncia ao objetivo do crescimento ilimitado (Latouche, 2011:81). Cunhado em França, em 1970, o “*radical Northern critique in its call for socio-ecological transformation*”, reclama um *downscaling* redistributivo e democrático da produção e consumo nos ‘países desenvolvidos’ (Bendix, 2017:2618; Demaria *et. al.*, 2013; Latouche, 2011). É um projeto de um *way down* próspero para a construção de uma sociedade baseada na produção local, na redução e reutilização de recursos, na partilha, no trabalho recíproco e na convivialidade (Schmid *et. al.*, 2016). Crítico das ideias de ‘*green growth*’ e ‘desenvolvimento sustentável’¹⁰, pretende *re-politizar* o debate sobre a imprescindível transformação socioeconómica e a mudança individual e coletiva da nossa relação com o meio-ambiente (Arancibia, 2012; Martínez-Alier *et. al.*, 2010; Mandeau, 2018; Latouche, 2011).

Mas se o decrescimento é inevitável, é preciso que se teorize sobre o tipo de decrescimento que se pretende (Henst, 2007 *cit in* Bádue, 2012). Neste ponto, os académicos alertam para o facto de o decrescimento não ser o mesmo que crescimento negativo, cujas consequências são socialmente desastrosas (Latouche, 2011). É, pelo contrário, um caminho para sociedades que vivem em comum e com menos (IBIDEM; Martínez-Alier *et. al.*, 2010; Kallis *et. al.*, 2015). Para Latouche (2011:19) “*conviria falar de “a-crescimento” - como se fala de a-teísmo*”, pois é exatamente o abandono de “*uma religião, a da economia, do progresso e do desenvolvimento, de rejeitar o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento*”. Assim, o ‘*downsizing*’ não é só físico, mas também mental (Latouche, 2011, 2015; Kallis *et. al.*, 2015). Alertam também que não se apela a um decrescimento eterno, mas à interrupção da dinâmica de crescimento infinito para limites de produção constantes, pois consideram que o progresso humano sem crescimento económico é possível¹¹ (Romano & Lauriola, 2012; Kallis *et. al.*, 2012; Meira, 2013; Schneider *et. al.*, 2010). Finalmente, atentam que este projeto só é exequível numa sociedade em que o sistema siga outra lógica, com instituições e objetivos políticos diferentes, porque a sua aplicação numa economia *growth-based* conduziria a um outro colapso (Latouche, 2011; Dombi, 2015; Schneider *et. al.*, 2010).

¹⁰ Para os autores, os conceitos não questionam o pressuposto elementar para o decrescimento: o tipo de produção. Limitam-se a desenvolver “*greener industries but not necessarily replacing existing problematic [ones]*”, não representando assim uma verdadeira solução (Schneider, Kallis & Martínez-Alier, 2010:516).

¹¹ Existem atividades económicas de pequena e média escala, situações específicas, grupos e regiões empobrecidas no qual o crescimento é reconhecido como desejável. Mas também aqui, defendem, é preciso pensar-se em prazos para a substituição do crescimento por propostas mais qualitativas (Schneider *et. al.*, 2010; Cavalcanti, 2012).

1.2.1. *Caminho para o decrescimento*

Apesar de não existir um mapa sistemático de métodos concretos, são vários os experimentos com formas políticas e económicas de trabalho, de produção e de democracia que ajudam a transição para uma sociedade serena e convivial do decrescimento (D'Alisa *et. al.*, 2015; Carlson, 2012). Fundamentalmente, entende-se que o decrescimento só é possível por meio de mudanças voluntárias surgidas “*organically from the ground*”, sob valores de partilha, de solidariedade e igualdade, “*(...) rather than dictate it from any intellectual or political height*” (Kallis, 2011:875).

Assim e primeiramente, o projeto decrescentista pode ser implementado em quatro níveis¹², dependendo do grau de afetação da sociedade: o individual, comunitário, nacional e supranacional (Carlson, 2012; Liegey *et. al.*, 2013 *cit in* Dombi, 2015). Em termos de estratégias e ações, Demaria *et. al.* (2013) referem três tipos: (i) as de oposição que tomam a forma de boicotes, desobediência civil, ação direta, entre outras; (ii) a criação de alternativas locais, descentralizadas, de pequena escala e participativas como projetos de coabitação, cooperativas, eco-aldeias, etc.; e (iii) ações de reformismo, promovidas dentro das instituições vigentes criando condições para a transformação social.

Similarmente, D'Alisa *et. al.* (2015) apontam (i) práticas económicas de base, (ii) instituições de prestação social sem crescimento e (iii) instituições monetárias e de crédito também como possíveis caminhos para a transição. Enquanto as primeiras surgem em contextos de crise e fracasso das instituições convencionais na satisfação das necessidades básicas das populações e concretizam-se em experiências como eco-comunidades, cooperativas, moedas sociais, hortas urbanas, banco de trocas, etc.; as segundas impõem-se para desvincular o trabalho assalariado do crescimento e o bem-estar do emprego assalariado (IBIDEM). As instituições monetárias e de crédito surgem pela necessidade de reinventar de “*uma verdadeira política monetária local*” para conter os fluxos monetários e as decisões económicas localmente (Latouche, 2011:71). Neste âmbito, moedas comunitárias, bancos de tempo e sistemas comerciais de intercâmbio local contribuem para reduzir a escala e relocalizar a atividade económica, limitando a

¹² A nível individual o decrescimento é entendido como um estilo de vida; a nível comunitário/local materializa-se em novas formas de coabitação como modelos de produção e consumo; a nível nacional e supranacional engloba medidas que protejam o ambiente, mas também a empregabilidade (Liegey *et. al.*, 2013 *cit in* Dombi, 2015).

circulação do dinheiro dentro das comunidades e tornando o sistema monetário mais sustentável (D'Alisa *et. al.*, 2015; Dombi, 2015).

Sob a ideia de “*se a utopia do decrescimento implica um pensamento global, a sua realização começa no terreno*”, a presente dissertação focará a criação de alternativas locais, através de práticas económicas de base como cooperativas (Latouche, 2011:64). Nesta lógica, estudar-se-á uma iniciativa de decrescimento¹³, a partir de formas de reapropriação de ferramentas características das estratégias de criação de alternativas como o (re)-estabelecimento da democracia; a (re)-localização da economia; e a mudança voluntária de comportamentos e valores (Carlson, 2012).

i. Restabelecimento da democracia

Para Latouche (2011 *cit in* Arancibia, 2012) a necessidade de inventar a ‘*democracia ecológica local*’ justifica-se em contraste com a periferização urbana e a política da sociedade de crescimento. Não é o isolamento, nem um retorno ao passado, mas “*um refazer orgânico do local (...), com a finalidade de experimentar práticas de reforço democrático (...) que permitem resistir ao domínio neoliberal*” (Latouche, 2011:68). Neste âmbito, as estratégias de criação de alternativas baseiam-se em estruturas e conceitos não hierárquicos, como a solidariedade e a colaboração, criando espaços de experimentação, estruturas alternativas e novas formas de organização social (Petridis *et. al.*, 2015). Como modelos em construção, exigem a formação coletiva de propostas e modos de vivência alternativos, conduzindo também à criação de um novo sujeito político (IBIDEM).

Visto que o objetivo não é somente “*consume and produce less, but to do so in a socially emancipatory and democratizing way*”, o projeto de decrescimento favorece sistemas de democracia direta, horizontal e de assembleia, para que se alargue o espaço público e a tomada de decisão, permitindo uma verdadeira participação (Cattaneo *et. al.*, 2012:517; Kallis & March, 2015; Cosme *et. al.*, 2017; Burkhart *et. al.*, 2016).

ii. Relocalização da economia

Procura-se igualmente uma maior independência face às cadeias de valor globais, a ‘*recuperação da autonomia económica local*’, pelo favorecimento da economia local,

¹³ Por iniciativas de decrescimento entendem-se organizações comunitárias geralmente pequenas e independentes, cujo nível de ação se remete ao comunitário local (Moulaert & Ailenei, 2005 *cit in* Schmidt *et. al.*, 2016).

descentralizada e redução do uso de recursos (Demaria *et. al.*, 2013 *cit in* Schmid *et. al.*, 2016; Latouche, 2011:68). Neste âmbito, objetiva-se relocalizar a economia fomentando sistemas locais de fornecimento, organizações autossuficientes¹⁴, produções agrícolas sustentáveis de pequena escala, hortas comunitárias e novos modelos de produção, consumo e alocação (Liegy *et. al.*, 2013 *cit in* Dombi, 2015; Buhr *et. al.*, 2018). Para os teóricos, a (re-)incrustação da economia na comunidade não apenas protege o ambiente, como “*abre a cada um uma abordagem mais democrática da economia, reduz o desemprego, reforça a participação (...) e fortalece a solidariedade*” (Latouche, 2011:72).

iii. Mudança voluntária de comportamentos e valores

Dado que o DC objetiva principiar também a mudança individual, a adoção voluntária de estilos de vida materialmente menos preenchidos, em troca de mais tempo e liberdade para se investir em relações sociais, empregos mais recompensadores, participação política, etc. é um passo importante (Alexander, 2015). Dentro deste âmbito, as ações tomam a forma de iniciativas voluntárias de redução de atividades produtivas e consumistas, de baixo impacto ambiental e incremento da qualidade de vida, como estratégias de extensão de vida dos produtos, produção própria e troca, reutilização e reciclagem, de produção e consumo cooperativo local e atividades de lazer com base social e ambiental (Andreoni, 2018).

2. Economia Solidária

Assim como o Decrescimento, a Economia Solidária constitui-se como um caminho para a transformação da sociedade, um conjunto de ideias e práticas que buscam a sustentabilidade (Growl, 2014). Criada como uma alternativa superior ao capitalismo “*por proporcionar às pessoas que a adotam (...) uma vida melhor*”, a ES surge das lutas laborais do século XX (Singer, 2002:114; Singer, 2001). Como ideal de uma ‘outra economia’, reincorpora as relações económicas em relações sociais de cooperação e reciprocidade (Borowiak, 2015). Compreende organizações e atividades “*de carácter comunitario, asociativo, cooperativo, mutualista y demás formas colectivas creadas para responder a las necesidades de empleo y de bienestar de los pueblos, así como a*

¹⁴ Alimentar, económica e financeira.

movimientos ciudadanos orientados a democratizar y transformar la economía” (Coraggio, 2010:19).

No projeto de decrescimento, o recurso a práticas de ES tem permitido o desenvolvimento de *“circuitos que promueven economías para el decrecimiento, aprovechando los recursos existentes integrando a sectores que el mercado excluye y que casi siempre conllevan un uso solidario y justo de los recursos existentes”* (Díaz, 2015:334). Neste âmbito, ideias centrais de realocização da economia têm sido materializadas através de empreendimentos cooperativos (Boccatto-Franco, 2012).

2.1.Cooperativas

Consideradas a vertente mais relevante da ES, as cooperativas são *“an autonomous association of persons united voluntarily to meet their common economic, social, and cultural needs and aspirations through a jointly-owned and democratically-controlled enterprise”* (ICA, 2018:1; Caeiro, 2008). Comumente associadas à Sociedade dos Pioneiros de Rochdale (1844), constituem-se como *“people-centred enterprises owned”* assentes em valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (ICA, 2018:1; Singer, 2002). A sua ação guia-se por sete princípios-chave¹⁵ que corporizam, simultaneamente, a sua identidade e alteridade em relação ao sistema dominante (Namorado, 2009).

Com diversos tamanhos e setores, são frequentemente agrupadas em seis variedades: de consumo/distribuição; operárias de produção; de produtores individuais para transações em comum (cooperativas de compra e de escoamento); de habitação; de crédito; e de mão-de-obra (ou de trabalho) (IBIDEM; Sérgio, 1958-1960). Existem também cooperativas integrais que organizam integralmente a produção e o consumo, com o objetivo de operarem em todos os ramos da atividade social e económica necessária à vida (Singer, 2002; CIM, 2019; Unión de Cooperativas de Consumidores y Usuarios de Madrid, 2015).

Como forma autónoma e díspar de organização social, o cooperativismo constitui-se como *“una buena base para poner cimientos de una sociedad distinta”* onde a igualdade e o equilíbrio são norma (Sempere & Garcia, 2004:45). No projeto de

¹⁵ (1) Adesão voluntária e aberta; (2) controlo democrático dos membros; (3) a participação económica equitativa dos membros; (4) garantia da autonomia e independência da cooperativa; (5) a educação, formação e informação dos membros; (6) fomento da cooperação entre cooperativas, por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais; (7) as cooperativas devem trabalhar também para a comunidade (ICA, 2018; Caeiro, 2008).

construção de sociedades serenas e conviviais de decrescimento, as cooperativas¹⁶ destacam-se pelas (IBIDEM; Johanisova & Wolf, 2012 *cit in* Johanisova *et. al.*, 2015):

1. Regras de participação: por apenas permitem a troca de capital investido pelo valor original desencorajam abordagens de crescimento pelo crescimento. A impossibilidade de especulação conduz à perseguição de objetivos societários, a uma ação centrada no território e de longo prazo, mais favorável à consideração de valores comunitários e ambientais;
2. Gestão democrática: que encurta a distância entre proprietários, acionistas, trabalhadores e consumidores fomentando, conseqüentemente, uma lógica de apoio mútuo;
3. Dinheiro como “*servidor [y] no amo*”: a desobrigação de maximização de benefícios permite que os seus objetivos sejam a continuidade do projeto, a proteção ambiental e dos empregos (Johanisova *et. al.*, 2015:232).

Sempere & Garcia (2014) acrescentam que o facto de as cooperativas operarem geralmente numa lógica comunitária, permite que se adaptem melhor a estratégias de realocização económica, fundamentais para o DC.

III. Cooperativas decrescentistas no Norte

Apesar disto, são poucas as cooperativas convencionais ligadas ao DC. Assiste-se, porém, à emersão de novas estruturas, nomeadamente iniciativas de auto-organização comunitária (Johanisova *et. al.*, 2015). Situadas no Norte global, estas iniciativas desenvolvem estruturas de produção e consumo baseadas nos valores de empoderamento e sustentabilidade da comunidade, incluindo redes locais de alimentos orgânicos e grupos de consumidores, moedas locais, bancos de tempo, hortas comunitárias, etc. (Seygan, 2009 *cit in* Johanisova *et. al.*, 2015). Estão enquadradas no que Singer (2002) denomina por ‘novo’ cooperativismo, cuja ênfase reforça a democracia e a igualdade, a perseverança na autogestão e a repulsa do assalariamento.

Um exemplo é a Cooperativa Integral Catalã (CIC). Criada na Catalunha, durante a crise de 2007, num ambiente de insatisfação geral, como um meio de transição para “*un otro modo de vida*” assente em valores e práticas libertárias como a autogestão, a solidariedade, a coletivização, a tomada de decisões por consenso, em sistema de

¹⁶ Comparativamente às empresas lucrativas convencionais.

assembleias, etc. (Ortiz, 2017:365). Com o decrescimento como referência, a CIC recorre a *“tools of conviviality in both its political and economic modelling and structures supporting the main degrowth’s objectives of a deepening of democracy and (re)politicizing of the economy, voluntarily downscaling, and seeking autonomy for local projects”* (Carlson, 2012:83).

Outro é a Cooperativa Social Cargonomia, um *“degrowth-inspired open collective”*, situado em Budapeste, que funciona como ponto de encontro de projetos sociais ambientalmente conscientes (Csoma & Lazányi, 2019:1; Liegey & Lazányi, 2016 cit in Gombos & Párdi, 2017; Cargonomia, 2019). O seu objetivo é demonstrar que *“environmentally friendly and equity-based partnerships can create sustainable and meaningful community empowerment opportunities which offer concrete alternatives to standard profit-driven social and economic systems”* (Cargonomia, 2019:1).

São experiências autogeridas fundadas sobre princípios e valores como a sustentabilidade, a proteção dos ecossistemas e o questionamento do modo de produção e consumo capitalistas através de alternativas de pequena escala, descentralizadas, não lucrativas, assentes na solidariedade e na cooperação, na procura da autonomia local, no reforço democrático e na promoção da participação comunitária, pela democracia direta e deliberativa, transparência e horizontalidade (IBIDEM; CIC, 2019; Gombos & Párdi, 2017; Csoma & Lazányi, 2019).

IV. A Pesquisa de Campo

1. Metodologia

Com o objetivo de perceber em que medida o cooperativismo decrescentista se constitui como alternativa ao modelo convencional, a primeira etapa da metodologia relaciona-se com a análise e pesquisa bibliográfica no âmbito do PD, do DC, da ES e do Cooperativismo, com o propósito de cruzar blocos teóricos que permitam um melhor entendimento dos conceitos e propostas. A escolha das abordagens teóricas enquadra-se numa visão crítica do paradigma convencional de desenvolvimento.

A intenção de contribuir para o campo do PD no *Norte*, a partir da perspetiva do cooperativismo decrescentista como modelo de desenvolvimento, conduz à segunda etapa metodológica: o estudo da Cooperativa Integral Minga. Segundo Tight (2017:9), o estudo de caso é um *“small-scale research with meaning”*, cuja aplicação permite analisar, em profundidade, a complexidade de um caso singular. A escolha deste método justifica-se

por se querer perceber como a CIM funciona e põe em prática o decrescimento. A relevância da Minga como caso de estudo relaciona-se com o seu caráter singular, pelo que o seu estudo possibilita obter conhecimento empírico sobre como é operacionalizado este modelo em Portugal.

O estudo de caso foi conduzido por uma investigação do tipo qualitativo, de forma a interpretar e descrever as particularidades da CIM, “*from the point of view of the individual or population being studied, and to generate new concepts and theories*” (Mohajan, 2018:2). A investigação qualitativa pretende explicar como e porquê um determinado fenómeno ocorre num contexto particular, a partir da forma como as pessoas o experienciam e percecionam (Polkinghorne, 2005 *cit in* Mohajan, 2018). No presente trabalho, o objetivo é estudar o funcionamento da cooperativa e a materialização da filosofia do decrescimento, a partir da análise do seu dia-a-dia e da perceção dos seus cooperantes, com recurso a um conjunto de técnicas complementares: entrevistas semi-estruturadas, observação não-estruturada e não-participante e análise de dados documentais e secundários.

Realizou-se um total de 7 entrevistas, das quais 6 foram presenciais e uma por chamada telefónica. Todas as conversas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e transcritas para uma grelha de análise para facilitar a sua apreciação¹⁷. Entrevistaram-se pessoas duplamente ligadas à estrutura organizativa¹⁸ e aos setores da CIM, por forma a perceber a concretização da alteridade da cooperativa e materialização do DC de forma global. Neste sentido, os dados a partir daqui obtidos refletem os valores e a visão das pessoas que pertencem ou pertenceram aos órgãos sociais da Minga¹⁹. Em termos de estrutura, o guião de entrevistas²⁰ continha questões mais abertas, nomeadamente as referentes às motivações pessoais e ao percurso dos entrevistados; e outras mais objetivas relacionadas com as características do modelo e do funcionamento da cooperativa, que servem para explorar diretamente os aspetos formais que caracterizam as cooperativas decrescentistas.

¹⁷ Ver exemplo na tabela 1 em anexo.

¹⁸ Entrevistou-se pessoas da Direção (4), do Conselho Fiscal (1) e da Mesa da Assembleia Geral (1). Para uma maior descrição da amostra, ver tabela 2 em anexo.

¹⁹ Esta opção metodológica permite percecionar como a Minga reflete as visões dos cooperantes que pertencem aos órgãos sociais. Ao mesmo tempo entende-se a pertinência de obter uma visão mais alargada, à qual se poderiam juntar outros cooperantes e pessoas da comunidade.

²⁰ Ver em anexo.

Complementarmente, utilizaram-se técnicas de observação não estruturada (informal, simples, ocasional) e não participante para conseguir informação adicional relativamente autêntica em comparação com as palavras e escritos (Ferreira *et. al.*, 2012; Quivy & Campenhoudt, 1995; Ander-Egg, 1978 *cit in* Marconi & Lakatos, 2003). Especificamente procurou-se estudar os modos de vida da comunidade, observando-os ‘de fora’ para permitir a “*análise do não verbal e daquilo que ele revela: as condutas instituídas e os códigos de comportamento (...), os modos de vida (...), a organização espacial dos grupos, etc.*” (IBIDEM; Quivy & Campenhoudt 1995:198).

A observação ocorreu num curto período de tempo²¹, em momentos como uma reunião setorial, idas à Quinta dos Ágoras, à Loja Minga e ao mercado municipal. Importava compreender as dinâmicas interpessoais e a forma como se informam e tomam decisões; como se pratica formas de cultivo mais sustentáveis; a convivialidade comunitária e o modo de trabalho.

Recorreu-se também a dados secundários e documentais, particularmente documentos e informações retirados do *website* da CIM, mas também disponibilizados pelos membros, por forma a melhor entender a história e as atividades da cooperativa.

No que concerne às limitações encontradas, aponta-se o facto de o guião não se encontrar fechado aquando a primeira entrevista havendo, assim, algum desfasamento face às restantes conversas; e a inexperiência na aplicação da técnica de observação que, somada com o facto de as anotações serem feitas ao fim do dia, quando havia possibilidade de escrever, cria um distanciamento temporal que afeta a forma como as situações são lembradas e, conseqüentemente, descritas.

2. Cooperativa Integral Minga

A CIM, à luz do Código Cooperativo²², é uma cooperativa multissetorial, fundada em 2015 em Montemor-o-Novo, com o intuito de responder a vários problemas da população local, como o desemprego e a falta de rendimentos, a dificuldade na formalização de atividades produtivas de pequena escala, o escoamento dos produtos de pequenos produtores, a ausência de alternativas no comércio local de acesso a produtos

²¹ Nos dias 29 de julho, 09, 10 e 14 de agosto.

²² A Lei n.º 119/2015, de 31 de Agosto não consagra a ideia de cooperativas integrais, prevendo apenas a constituição de cooperativas multissetoriais cuja atividade se desenvolve em “*diversos ramos do sector cooperativo, tendo cada uma delas de indicar no ato de constituição por qual dos ramos opta como elemento de referência (...)*” (Código Cooperativo, 2015:1).

com impacto ecológico reduzido, entre outros (Código Cooperativo, 2015; CIM, 2019b; Gonçalves, 2017). Inspirada por experiências como o Banco Palmas no Conjunto Palmeiras (Brasil), a CIC (Catalunha), e cooperativas do pós-25 de Abril de 1974, a Minga pretende reverter o processo de despovoamento, de abandono da agricultura e de substituição do comércio local por hipermercados, através da criação de ferramentas disponíveis à população (Gonçalves, 2016).

Embora a designação ‘integral’ não tenha validade perante a lei, a CIM atua para satisfazer as necessidades essenciais à vida, através de mecanismos de economia circular, do fomento de trocas e da cooperação local (IBIDEM). Fá-lo a partir de quatro ramos e das suas respetivas secções autónomas e autogestionárias (Gonçalves, 2016; 2017):

1. Agrícola – que objetiva facilitar o acesso da população a alimentos nutritivos, cuja produção seja de baixo impacto ambiental, e o apoio ao escoamento da produção de pequenos agricultores locais (CIM, 2019).
2. Comercialização - que visa o estabelecimento de processos cooperativos entre cooperantes, o desenvolvimento de novos produtos e a junção de recursos com o objetivo de melhorar o seu escoamento;
3. Serviços – pretende criar ferramentas que facilitem a formalização de atividades dos cooperantes, através de sistemas de faturação, de acesso a contabilidade organizada, entre outros;
4. Habitação – objetiva promover a construção e a recuperação de espaços de habitação e trabalho, através de práticas ecologicamente sustentáveis e materiais/técnicas locais e regionais; objetiva também prover soluções de acesso a crédito e espaços de debate (IBIDEM).

Em termos físicos, a CIM possui uma loja que funciona como ponto de venda dos produtos de cooperantes e como cooperativa de consumo; um espaço denominado ‘Espaço Integral Minga’ para atividades e reuniões; uma horta; e uma banca no mercado municipal (CIM, 2019b). Criada com oito sócios, a Minga conta atualmente²³ com 29 sócios-efetivos²⁴ e 66 sócios-colaboradores, de vários pontos do país e de diferentes ramos (Gonçalves, 2017).

²³ Dados disponibilizados pelos cooperantes, via e-mail, a dia 16/08/19.

²⁴ Estatutariamente, os sócios efetivos subscrevem o capital da cooperativa, têm direito de voto na Assembleia Geral e podem ser eleitos para os órgãos sociais da cooperativa; os sócios colaboradores podem participar nas

3. *Análise dos Resultados*

Por forma a responder aos objetivos, a análise dos conteúdos das entrevistas e da observação será feita em conjunto em três tópicos principais: a perspetiva que os cooperantes têm da Minga; o conhecimento sobre o conceito de DC; e a forma como a cooperativa se constitui como alternativa ao modelo de desenvolvimento convencional pela materialização das ideias centrais do DC. Procurar-se-á relacionar também os dados recolhidos com literatura e, quando pertinente, com a realidade de Portugal, particularmente, de Montemor-o-Novo.

Em geral, a análise das entrevistas permite perceber a existência da correspondência entre discursos, revelador não somente de uma perceção coletiva semelhante sobre o funcionamento da cooperativa, como também de valores e comportamentos individuais idênticos, consequentes da construção conjunta de formas alternativas de vivência, a partir de processos participativos, deliberativos e conviviais.

3.1. **O que é a Minga?**

Os cooperantes revelaram uma noção idêntica sobre a CIM descrevendo-a de imediato como “*cooperativa integral*” ou “*cooperativa multissetorial*”, cujo intuito é atuar “*em todas as áreas necessárias ao viver*”. Houve também a assimilação da definição da CIM com o processo de DC. Para o Entrevistado 2 (doravante E₂), a cooperativa trabalha de acordo com princípios do DC, para a E₃ esta relação acontece “*de uma forma mais ideológica*”. O E₂ exprimiu complementarmente a ideia de que “*a Minga não existe na realidade...*”, que “*não há uma entidade Minga...*”, mas sim “*uma ferramenta partilhada, (...) uma estrutura que existe e que qualquer pessoa pode usar para fazer coisas*”. Referiu ainda sentir diferenças quanto à perceção da cooperativa, sendo que “*de fora parece um projeto se calhar (...) mais ideológico e idílico*”, que “*aqui... que é uma coisa muito mais prática*”.

Quanto às especificidades da cooperativa, em comparação com outros empreendimentos, as respostas relacionaram-se com a democracia interna, nomeadamente a “*forma como nós temos reuniões* (E₇); com o trabalho em rede, sob uma perspetiva integral de supressão de necessidades através da interligação entre os vários setores, que permite “*também desenvolver muito mais um sistema de trocas internas*”

assembleias gerais, mas sem poder votar, nem ser eleitos. Ambos têm acesso a produtos apenas disponíveis para cooperantes (CIM, 2019a).

(E₆); e a partilha de custos com a gestão dos negócios, pois *“todas as pessoas (...) pagam o mesmo contabilista e isto acaba por te dar uma liberdade e tempo”* (E₃).

Em termos do papel socioeconómico, a E₇ percebe a CIM como uma mais-valia local porque é *“mais um espaço onde pequenos produtores podem vender os seus hortícolas fomentando a ideia de que acaba por valer a pena a pequenos produtores continuarem nas suas produções”*. Para a E₅, a Minga é *“uma ajuda para as pessoas se fixarem”* porque facilita a obtenção de rendimentos e a formalização de atividades, mas também o escoamento da produção. Para o E₄, o impacto local da Minga reflete-se principalmente a nível emocional e social. Na sua visão, a cooperativa contribuiu para *“uma série de coisas que não existiam, musculatura social”*.

No contexto de Portugal e, especificamente, de Montemor-o-Novo, de despovoamento, experiências como a Minga possibilitam a obtenção de rendimento e, consequentemente, a fixação de pessoas, o desenvolvimento de vivências mais sustentáveis enraizadas no local e na comunidade, *“permitindo que pessoas daqui sejam sustentáveis com as coisas daqui, que não tenham que ir para outros sítios contra vontade ou que trabalhar em coisas que não gostam”*, como explica E₅.

3.2. Conceito de Decrescimento

Em relação ao entendimento da filosofia do decrescimento, os entrevistados souberam falar e explicar o conceito, transpondo a perceção do DC como um modo diferente de atuar/pensar em relação ao comum/habitual.

Aferiu-se principalmente duas formas de explicar o conceito: uma parte dos cooperantes transmitiu uma vertente mais simples e prática do conceito, enquanto a outra demonstrou uma perceção mais teórica. No primeiro grupo, o conceito foi associado a práticas do quotidiano, como a redução do consumo e da produção, do desperdício e das horas de trabalho. Neste âmbito, para o E₂ o decrescimento *“é consumir menos, mais de base local..., trabalhar menos”*, mas também é um projeto de vida que ele e a sua família iniciaram, *“a nossa experiência de decrescimento começou este ano: decrescemos o tamanho da casa”*. Para a E₃ o decrescimento tem que ver com *“ganhar tempo! (...) [e] reduzir os custos, o desperdício”*. Para a E₅, o DC é *“seres mais com menos”*. Estas ideias coincidem com o que Liegey *et. al.* (2013 *cit in* Dombi, 2015) consideram ser a implementação a nível individual, por meio da adesão voluntária a modos de vida mais simples, privilegiando uma maior qualidade de vida, através de atividades menos

produtivas e consumistas e com menos impacto ambiental como referem Andreoni (2018) e Alexander (2015).

No segundo, as respostas relacionaram o DC com o questionamento da perseguição incessante do crescimento económico a um nível mais macro. Na visão da E₆, o DC “*é a oposição à apologia apenas do crescimento económico*”, é o ato de nos “*posicionarmos neste momento histórico em que estamos de forma crítica*”. Identicamente, o E₄ refere que o decrescimento “*é uma desconstrução (...) a reflexão sobre qual é o nosso objetivo de cada vez que fazemos uma coisa (...). É o crescimento económico e isso significar o aumento do PIB?*”. Estas ideias reportam ao que Latouche (2011) defende ser o DC e o próprio PD, isto é, a renúncia ao crescimento simplesmente pelo crescimento, o questionamento dos objetivos de uma sociedade bloqueada “*pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista*” (Latouche, 2011:20). Complementarmente, para a E₇, o decrescimento é a possibilidade de reflexão, de “*pensar na produção não enquanto quantidade para aumentar o PIB, mas enquanto produtos finais com qualidade, ter atenção ao impacto ecológico, (...) numa perspetiva [de] muitíssimo longo prazo, em que sabes que estás a fazer uma economia mais robusta*”, aludindo à extensão de vida dos bens, da sustentabilidade ambiental, mas também ao que Latouche (2011) defende ser a transição para um sociedade mais resiliente.

Para o cooperante E₄ o decrescimento relaciona-se igualmente com a questão ambiental e intergeracional, pois “*quem cá está, em última análise, não tem o direito de ficar com a possibilidade dos que venham (...) não tenham capacidade de ficar*”. Similarmente, E₆ refere a necessidade de “*olharmos cada ser humano como uma entidade integrada num sistema que é um sistema natural, num ecossistema... e que se olharmos apenas para as questões económicas... (...) a Natureza está bem! Nós é que não estamos!*”. Estes argumentos ligam-se com as ideias defendidas por Latouche (2011), por Martínez-Alier *et. al.* (2010) e Mandeau (2018), de que o DC pretende uma mudança individual e coletiva da nossa interação com o meio ambiente, precisamente pela sustentabilidade social e económica, vinculada intrinsecamente à proteção ambiental.

É notório também a ênfase que os cooperantes dão ao poder do cidadão, como no que Demaria *et. al.* (2013) defendem ser estratégias de oposição, particularmente boicotes:

“*Os grandes dizem-nos que nós temos que consumir, mas se nós não consumirmos, (...) o que é que eles vão fazer? Porque as formiguinhas comem búfalos! Portanto, nós temos muito*

mais poder... Ah! Eu acho que o decrescimento também é isso, é entendermos que temos muito mais poder do que realmente entendemos. Que... nós como formiguinhas fazemos uma gotinha, mas que a nossa gotinha é muito potente!” - E₅.

Finalmente, percecionou-se uma visão positiva sobre o DC. A única interrogação é feita pela E₆ sobre a adequabilidade da expressão ao projeto em si, por considerar que “*pode ser vista de uma forma negativa quando eu vejo esse posicionar com um crescer de oportunidades e relações... decresces em termos económicos, mas cresces em todas as outras coisas*”. Este é um debate teórico muito intenso, considerando-se que no imaginário social, o conceito de decrescimento está associado a períodos de crise e recessão económica (Chertkovskaya *et. al.*, 2017). Assim, em países afetados por crises económicas e financeiras e alvos de programas de austeridade, como é o caso de Portugal, este debate tem espaço pela memória social deste período.

3.3.O que caracteriza a Minga como decrescentista e alternativa?

Importa agora perceber de que forma a Minga materializa a filosofia decrescentista numa lógica de alteridade face ao paradigma convencional. Para o conseguir, a análise terá em conta formas de reapropriação de ferramentas aludidas na literatura: o (re)-estabelecimento da democracia, a (re)-localização da economia e a mudança voluntária de comportamentos e valores.

A Minga concretiza-se como uma proposta alternativa, primeiramente, por corporizar a ideia de que existem outras formas de promover o bem-estar e a resposta às necessidades das populações. Formas essas que, por estarem enraizadas no lugar, respondem de forma mais adequada e sustentável (em escala, recursos e estratégias) às necessidades do mesmo. Para o cooperante E₁, empreendimentos como a CIM conseguem adequar-se melhor ao espaço onde se inserem. Nas suas palavras,

“neste contexto das novas cooperativas, mais identificadas com os valores cooperativos, de menor dimensão, e sobretudo contra o modelo capitalista de economia... é logo aí... entendermos que há outra maneira de fazer as coisas, que se podem fazer as coisas numa escala mais pequena, local, para criar resiliência e criar um modelo de desenvolvimento... [em que] as pessoas não sejam postas em último plano... Para o modelo de desenvolvimento convencional, o capital e a acumulação de riqueza vêm em primeiro e este não se adequa minimamente a um local com a dimensão de Montemor”.

Estas ideias relacionam-se com a crítica do PD e, conseqüentemente, do DC, cujo entendimento é que há outras vivências e formas de desenvolvimento que devem ser

validadas, que respeitam e valorizam as características específicas de cada espaço, em contraponto com um modelo *one-size-fits-all* injusto e desadequado social, ambiental e economicamente. O PD, DC e a própria CIM, a partir do cooperativismo, aparecem como ferramentas para se pensar o desenvolvimento e a sociedade, não propriamente com valores novos, mas recuperando a ênfase da cooperação e da solidariedade.

Para o E₄, a Minga simboliza “*parte da reflexão... Não é uma oferta de uma resposta concreta, mas pelo menos é levantada a pergunta*”. Neste sentido, a CIM materializa o que Hirsch (2017) defende ser a reação ao falhanço do paradigma de crescimento e a reflexão prática que Léna & Nascimento (2012) apelidam de outra forma de produzir, aceder e distribuir.

Isto é evidente nas palavras de E₂,

“Há aquela ideia crítica da sociedade, perceberes que não está bem, mas não vês alternativa. Nós também ficámos assim adultos no meio da crise. E começámos a trabalhar mesmo naquela altura. Não havia trabalho, andava toda gente deprimida. (...). Toda gente percebia o que estava mal, mas ninguém percebia o que se podia fazer, ou parecia que não se podia fazer nada.”

A si, a Minga possibilitou “*pensar que era possível fazer as coisas de outra forma (...). fazer algo que contribuísse para qualquer coisa, que pelo menos... não contribuísse para coisas que achas que estão mal*”, nomeadamente pela crítica em relação do modelo de desenvolvimento dominante, pelo questionamento da adequação de modelos de produção, consumo e distribuição que não servem as populações. Neste sentido, a CIM é um projeto societário distinto materializado numa cooperativa como forma de desenvolvimento. Aquilo que Latouche (2011:65) denomina “*um projeto coletivo enraizado num território como lugar de vida comum (...). que se deve preservar e cuidar para bem de todos*”. O seu objetivo é responder às necessidades locais, com recursos locais, providenciando uma vivência mais sustentável²⁵ e reforçando relações que se baseiem na partilha, entreajuda e solidariedade como argumentam Kothari *et. al.*, (2014), Ziai (2014) e Schmid *et. al.* (2016).

É a fuga ao caminho único, ao qual dizem não existir alternativa sem ser a pobreza e a privação (Illich, s.d. *cit in* Donato, 2009),

²⁵ A todos os níveis: social, económico e ambiental.

“A Minga... é uma cena positiva, não é uma coisa negativa. Não funciona com base no medo, no pensar que uma coisa está mal. Mas com base de que é possível fazer bem e isto é uma cena bastante fixe.” – E₂.

Seguidamente, quando questionados sobre de que forma a Minga materializa o decrescimento, o E₁ referiu que o fazem “*sobretudo nos princípios e nos modelos económicos*” que defendem, como “*a produção local, os circuitos curtos, economia circular (...) isto encaixa dentro do decrescimento que é... em termos ideológicos, o princípio fundamental da cooperativa*”. Similarmente, para a cooperante E₆, esta materialização baseia-se “[n]uma série de pequenas medidas, de pequenos princípios que tentamos meter no dia-a-dia (...) para que possa acontecer esse reforço das ligações interpessoais e contribuir para o bem-estar das pessoas sem contribuir para o crescimento económico”. São pequenos passos que se vão dando, por meio de experimentações graduais de cariz *bottom-up*, como mencionado na teoria e pelo cooperante,

“são estas pequenas coisas, não é pegando no Latouche e lendo o manual de uma ponta a outra que vais encontrar “aquilo é a Minga”, não... a Minga faz várias das propostas, postas em prática no dia-a-dia com as adaptações à realidade e ao sistema onde nos inserimos. (...) Há muitas coisas que não conseguimos fazer e a transição como o próprio exalta... não é abrupta... vai-se dando” – E₁.

3.3.1. Restabelecimento da Democracia

Dentro da materialização do decrescimento, interessa agora compreender como se informa, decide e participa na Minga. Relativamente ao conhecimento sobre o funcionamento e estrutura organizativa da cooperativa, todos os entrevistados responderam afirmativamente, dado que não pode ser desassociado de a maioria²⁶ fazer parte dos órgãos sociais, o que pressupõe que estejam em lugar privilegiado de acesso a informação. Em termos de mecanismos de comunicação, a CIM possui um Grupo de Trabalho de comunicação; uma *newsletter* a ‘*Minga Breves*’, para associados e interessados; um *website* ‘*Minga*’; reuniões de Direção e Assembleias Gerais (AG) abertas a sócios e não sócios, assim como relatórios e atas posteriormente enviadas para os associados. As reuniões de Direção são mensais e objetivam a discussão pragmática dos problemas imediatos da cooperativa, através de intervenções sequenciadas e com um

²⁶ Apenas 1 dos 7 entrevistados não pertence atualmente aos órgãos sociais.

facilitador. As AG acontecem duas vezes por ano, com o objetivo de se decidir as “*coisas de impacto maior para a cooperativa*” (E₃).

No processo decisório privilegiam-se metodologias coletivas, de deliberação e de assembleia. As decisões são tomadas por unanimidade depois de serem debatidas, como o E₂ explica, “*se alguém se opõe a alguma coisa fala-se até haver consenso*”. Nas palavras da E₇, este processo é distintivo da CIM, por “*decidirmos as decisões em conjunto, por unanimidade...*”, o que se enquadra no que Singer (2002) denomina ser as preocupações do ‘novo cooperativismo’, nomeadamente a democracia interna.

Para o E₄, na Minga tem-se promovido a reapropriação/recuperação de práticas antigas:

“a nossa sociedade tem poucas práticas de decisão coletiva (...) Perdeu-se o processo de tomar decisões em conjunto, fazê-lo de forma transparente, ter metodologias para o fazer (...) Eu sinto que a gente está a conseguir é praticar processos de decisão coletivas uma vez por mês”.

No que concerne à horizontalidade dos processos foi perceptível um paradoxo. Por um lado, os cooperantes reconhecem que esta tem vindo a aumentar, pelo incremento da descentralização de responsabilidades e autonomia, ao contrário do que aconteceu no início da cooperativa. Todavia, este processo reflete-se numa maior verticalidade em decisões ligadas ao funcionamento próprio de cada setor, como a cooperante E₆ elucida

“depende do que é que tem que se decidir, se for coisas maiores acaba por ser horizontal, fala-se em reunião e quem está acaba por decidir. (...) [Mas] em coisas que dizem mais respeito a cada setor, acaba por não ser necessário [essa horizontalidade], porque são decisões que se têm que tomar diariamente”.

Segundo a E₃ isto é natural, afirmando que “*nós não podemos ter reuniões todos os dias*”. Para E₅ a horizontalidade “*é uma cena sempre muito flutuante dentro da cooperativa*”, o que fortalece uma ideia de pacificidade com o processo. Para o E₁, a Minga “*é como todas as entidades, tem as suas dores de crescimento (...) as coisas têm corrido bem, mas há sempre coisas a melhorar*”.

O fomento da participação comunitária também é elencado na ação da CIM, através de Ciclos de Conversas sobre temas relacionados com a cooperativa e cursos/formações. Estas foram referidas pelos entrevistados como um ponto fundamental para a partilha de conhecimento entre cooperantes e a comunidade. É o alargamento do

espaço de debate, a construção de opinião crítica e informada sobre temáticas que vão desde a sociocracia à permacultura, um espaço que se quer aberto e inclusivo, e onde

“não tendo todos a mesma ideia, se cria uma mínima consciência coletiva ou uma ideia da percepção das várias opiniões... (...). E isso permite o surgimento de novas ideias, novas formas de organização, novas possibilidades, num espaço de convivência, de tertúlia, troca de ideias.... E acho que então [a CIM] também cumpre esse papel de aglutinador e de criação de debate e de propostas de organização que podem surgir nesses momentos.” – E₄

Também se organizam ajudadas²⁷, pelo que, conseqüentemente, a participação é reforçada pela ideia de que os problemas podem ser resolvidos através de soluções encontradas coletivamente, em oposição ao que Gonçalves (2017:114) chama de “*cultura do individualismo e da competição*” da sociedade de crescimento. Como E₃ explica “*tu num dia consegues ter 20-30 ou 50 pessoas na tua quinta para te ajudarem de forma gratuita...E depois na semana a seguir, se for preciso, vai toda gente a outra quinta!*”.

Neste sentido, a CIM constitui-se como um “*laboratório de análises críticas*” de Latouche (2011:67), onde se constroem coletivamente ideias, propostas e vivências alternativas ao modelo dominante. É um espaço de experimentação de *outras* formas de organização social, mais justas comparativamente ao que consideram não ser, nas quais a cooperação, a entreaajuda, a solidariedade e a coletividade têm primazia, resultando na formação de sujeitos individuais e também coletivos, como defendem Petridis *et. al.* (2015) e menciona o E₄:

“Somos um bocado um espaço de experimentação de construção individual e coletiva. E isso é o que torna as comunidades resilientes, [pois a] transmissão do poder de decisão para entidades cada vez mais distantes, em que cada um já não participa no dia-a-dia da decisão, fez com que a sociedade perdesse certas ferramentas... Agora é retomar, perceber que o nosso bem-estar depende acima de tudo do bem-estar coletivo. Isto vai ter que ser gradualmente entendido e apropriado, [pois] essa resiliência é uma espécie de segurança social coletiva que vai fazer face a muitos problemas que nos afetam quer a nível individual, quer a nível coletivo”.

3.3.2. Relocalização da Economia

Para compreender o papel da Minga na (re-)incrustação da economia a nível local, procurou-se perceber de que forma a cooperativa promove modelos de produção e consumo de proximidade como sistemas locais de fornecimento, se estes são

²⁷ Atividades assentes no trabalho agrícola coletivo direcionado para o auxílio de pessoas com questões concretas a resolver nos seus terrenos (Gonçalves, 2017).

descentralizados, reutilizam recursos, procuram a autossuficiência e se se promovem sistemas de trocas.

Para a E₃ “*a Minga promove uma economia de proximidade porque aqui só faz sentido se for esta economia de proximidade*”, essencialmente pelo regime de porta-aberta e diálogo que acontece através da loja, da banca no mercado municipal, do Espaço Integral e do convívio de rua, na qual cooperantes, produtores e consumidores se fundem em conversas sobre os produtos que mais gostaram ou nem tanto. Segundo E₆, esta economia de proximidade acontece pela “*forma como se escolhem as coisas que estão à venda na loja, tentando ao máximo que sejam inicialmente locais [e], quando não podem ser locais, sejam de um regime de proximidade*”. Complementarmente, a E₇ afirma que é também a partir do respeito e *feedback* constante entre produtores e consumidores.

Quanto à CIM funcionar como um sistema de fornecimento local, os entrevistados responderam positivamente, afirmando que este se concretiza através da loja, da banca no mercado municipal e de parcerias com a Câmara Municipal e Junta de Freguesia para o abastecimento de duas cantinas. Apontaram, todavia, que este sistema não é ainda autossuficiente, pelo facto de muitos agricultores associados cultivarem somente numa lógica de economia familiar. Consequentemente, segundo o E₁, o que chega à Minga é “*o excedente do excedente*”. Mais, a in experiência com métodos de cultivo ecológicos de baixo impacto ambiental também dificulta a expansão da produção, pois como E₄ refere desde “*os solos não estarem preparados, ao conhecimento também não estar lá..., a experiência, tudo... (...) É ir aprendendo os processos, ir observando... o que demora*”. Porém, reconhecem a autossuficiência da Minga a nível económico e financeiro.

A questão da descentralização foi um tópico referido por todos os cooperantes, o que revela a importância da mesma para a CIM. Como E₃ explica, os setores e projetos associados são autónomos,

“Cada secção tem projetos incluídos... Por exemplo, a âmbar²⁸ é uma marca completamente autónoma a nível de decisão [em relação] à Minga... fatura através da Minga, usa sistemas de comunicação e de divulgação da Minga, mas o centro de decisão da âmbar, é da âmbar (...). E como há âmbar, há outros projetos (...) Eu sou vice-presidente e nem sei o que é que a malta dos serviços anda a fazer... nós temos no regulamento que as atividades devem encaixar na filosofia da cooperativa... epá nós não queremos atividades petrolíferas, não é?! Mas a partir daí, os projetos são completamente descentralizados e têm autonomia para se desenvolver.”

²⁸ Marca de cosmética biológica artesanal nacional, que gere com outra cooperante.

A reutilização de recursos é uma preocupação geral que se concretiza a vários níveis, pela otimização de recursos²⁹, mas também na logística da loja, com a implementação da venda a granel e a troca de embalagens vazias. Também as marcas sob ‘chapéu da Minga’ consideram esta questão, quer no embalamento dos produtos, como na confeção³⁰.

Por fim, existe ainda um sistema de crédito interno, financiado a partir da faturação em nome da CIM. Após a faturação de um produto ou serviço por parte de qualquer cooperante, 95%³¹ do valor é transformado em saldo interno passível de ser usado na compra de produtos da loja e serviços da cooperativa³². Segundo os cooperantes, esta é uma maneira de formalizar um sistema de trocas internas, apesar de as mesmas não precisarem de ser feitas numa lógica monetizada. Como E₇ exemplifica, é possível trocar-se ‘favores’:

“Eu moro numa casa em que a água da torneira não é boa, então encho garrações na vila [só que], não tenho carro e custa-me imenso ir de bicicleta até lá acima, pelo que troquei serviços de design de um folheto para uma amiga, por usar o carro dela para encher os garrações de água. E fomos trocando, eu dava-lhe uma hora do meu serviço e ela dava-me uma hora do serviço dela”.

Nas palavras da cooperante E₆ esta prática facilita a vida a muitas pessoas, particularmente as com poucos recursos e que vivem em zonas rurais do “*interior onde os trabalhos são tão precários que se não fosse esta rede de pessoas, a vida seria muito mais difícil*”. É a materialização de uma rede de apoio que resiste às correntes injustas do modelo de economia dominante, a construção de uma sociedade alternativa que vive em comunhão, baseada em valores de solidariedade, cooperação, de troca e partilha, na persecução do bem-estar coletivo como o DC, a ES e o cooperativismo almejam.

3.3.3. Mudança Voluntária de Comportamentos e Valores

É também importante compreender de que forma a experiência da CIM impactou a vida dos cooperantes. Neste sentido, intentou perceber-se se os cooperantes sentiram alterações nos seus comportamentos e ritmo de vida.

²⁹ Como acontece com uma carrinha adquirida para usufruto de todos e com o Espaço Integral que é passível de alugar a um preço acessível.

³⁰ À venda na loja encontram-se projetos de *upcycling*.

³¹ Os restantes 5% tomam a forma de uma taxa administrativa que permite o pagamento de um contabilista, um tesoureiro, o próprio sistema de faturação e a gestão das redes sociais.

³² É também possível usar este saldo para pagar custos associados aos projetos e/ou em forma de salário.

De forma geral, todos os entrevistados revelaram ser já pessoas conscientes e informadas sobre a importância de seguirem estilos de vida mais sustentáveis, antes de se juntarem à CIM. Porém, admitiram que a vivência cooperativa solidificou a forma como agem e percebem o mundo e as suas possibilidades, permitindo, conseqüentemente, mudarem a forma como vivem, como é elucidado por E₂ e E₅,

“A Minga acho que para nós foi uma cena importante na vida pessoal e em tudo. Começámos a perceber que era possível fazer qualquer coisa, até chegar a este ponto... [apontam para a casa de família que intitularam ‘seu primeiro passo no decrescimento’]. Que era possível fazer as coisas de outra forma, que fizesse mais sentido”.

Seguidamente, a cooperante E₅ acrescenta que a Minga *“seja a nível mais pessoal, profissional ou de conhecimento (...) é um agente de mudança para muitas pessoas”*, inclusive para si, pois *“sem a Minga esta mudança não era possível, porque não tinha nem o conhecimento, nem as ferramentas, nem as pessoas... que acabaram por nos dar a certeza e a confiança de que conseguimos fazer isto”*, ou seja, seguir um estilo de vida mais simples, que consideram ter aumentado a sua qualidade de vida, em linha com o que Alexander (2015) defende. Na mesma lógica, a E₆ explica que a Minga a fez *“perceber que não estou contra a corrente, que há uma série de pessoas que pensam como tu e, se não pensam, não acham que estás a dizer a maior parvoíce. É uma sensação de comunidade de rede”*.

No que concerne ao consumo, a maioria dos entrevistados admitiu ter mudado os seus hábitos, passando a consumir mais bens e serviços da cooperativa e de outro comércio local, em relação a grandes superfícies, onde tentam recorrer o menos possível. Aqui a CIM teve o papel de fomentar uma maior sensibilização relativamente ao impacto³³ de processos de produção, comercialização e consumo deslocalizados e ao fomento da troca, pois como E₃ explica *“quando comesças a estar sensibilizada para determinados assuntos, mesmo sem pensares muito nisso, acabas por comprar numa maneira diferente”*. Da mesma forma, E₄ reconhece o peso da cooperativa na solidificação de comportamentos que já vinha a implementar,

“eu já há muito tempo [que] ia a minimercados, ao mercado municipal ao sábado. Portanto, já não comprava em grandes superfícies e evitava centros comerciais. Mas foi tudo um processo conjunto que também me forçou ainda mais de levar isto ao extremo: não vou a grandes

³³ Social, económico e ambiental.

superfícies, ponto! Até porque era tesoureiro, era uma das caras da Minga, não fazia muito sentido estar a fazer compras fora.”

Para terminar, todos os cooperantes afirmaram que o seu ritmo de vida acelerou quando se juntaram/fundaram a cooperativa, o que não se pode desvincular do facto de a CIM e os projetos individuais associados serem recentes e precisarem de um maior investimento de tempo e dedicação. Como explicam,

“Por acaso neste meio ano trabalhei muito mais que antes. É que depois estamos em decrescimento dá muito trabalho. (...) Mas não é bem trabalhar. Há trabalhar e há fazeres coisas que gostas e que fazem sentido...” – E₂.

“O meu ritmo de vida desde que me juntei à cooperativa...acelerou! Acabo por trabalhar mais do que trabalhava antes, mas trabalho em projetos nos quais acredito!” - E₃

“Primeiro foi um inferno [referindo-se ao início da cooperativa]. Depois de três anos, este é o primeiro que tenho tempo ou que saí e que as coisas se autogeriram sem mim.” – E₄

“O pior é que desde que me mudei para o campo sofro de stress rural. A única coisa é que continuo a fazer aquilo que gosto. E quem corre por gosto não cansa!” – E₆

Embora a redução do ritmo de vida, em troca de tempo e liberdade para atividades de lazer, esteja em linha com o ‘*downsizing*’ decrescentista, entende-se que esta dedicação é direcionada para projetos mais recompensadores e que fazem sentido para os cooperantes, em consonância com o que Alexander (2015) e Schmid *et. al.* (2016) referem. Simultaneamente, este empenho não parece comprometer o lazer e o convívio, por assentar em relações de reciprocidade e de cooperação, partilha de experiências e conhecimento, que possibilitam um estreitar de laços entre pessoas e a partilha de tarefas.

V. Conclusão e Recomendações

A presente dissertação procurou compreender de que forma a Cooperativa Integral Minga se constitui como alternativa ao paradigma de desenvolvimento dominante, pela materialização da filosofia do decrescimento. Neste sentido, focou-se o cooperativismo como meio de desenvolvimento, através da teoria pós-desenvolvimentista e por meio de ferramentas de reapropriação decrescentistas como o restabelecimento da democracia, a realocação da economia e a mudança voluntária de comportamentos e valores. Dentro do que é uma visão crítica do paradigma de desenvolvimento, objetivou-se perceber de

que forma esta experiência autogerida, situada em Montemor-o-Novo, se concretiza em contradição com um sistema que considera injusto e desumano.

A análise desenvolveu-se por meio de três questões:

- De que forma cooperativas decrescentistas, como a CIM, se constituem como alternativas ao desenvolvimento?
- Atingem os fins a que se propõem?
- Coincidem com a perspetiva teórica do decrescimento?

A primeira abordagem alternativa da Minga passa pela promoção de formas de organização social, económica e política distintas. Ao primarem por valores como a solidariedade, a proximidade, o trabalho coletivo, a entreaajuda e a cooperação, os cooperantes resistem ao domínio desenvolvimentista que tem tido consequências graves também para a região do mundo que o edificou. A partir daqui a CIM promove não apenas a ideia de que são possíveis outros caminhos para o progresso e bem-estar dos povos, como que estes são mais facilmente percorridos de forma coletiva e não sob competição desenfreada e individualista.

Conjuntamente, a alteridade concretiza-se pela aplicação da filosofia do decrescimento, especificamente através de práticas económicas de base, de escala local e cariz *bottom-up*. Neste âmbito, como cooperativa integral decrescentista, a CIM procura re-incrustar as decisões e as relações económicas a nível local, através de uma economia de proximidade, circuitos de produção, consumo e distribuição curtos, que fortaleçam os laços comunitários e com impactos ambientais reduzidos. Fá-lo com base em produção agrícola de pequena escala, ecológica e sustentável, combatendo o desperdício, fomentando o comércio local e tradicional, pela partilha de custos de gestão e a procura de soluções conjuntas. É o retorno à validação de relações de reciprocidade e partilha, em que a persecução do bem-comum é o objetivo final.

Também se promovem processos deliberativos, participativos e coletivos, que devolvem às pessoas, o poder de se posicionarem e decidirem sobre as questões que lhes dizem respeito, em contradição com um modelo que afasta a decisão das populações. É o reinventar da democracia local de Latouche (2011), o processo de restituir às populações a “*capacidade de intervenção no próprio destino*” (Léna & Nascimento, 2012:10). Por fim, esta alteridade acarreta mudanças igualmente a nível individual, quer no aumento da esperança de que *outro mundo é possível*, como na materialização de ações práticas do

dia-a-dia, com o aumento da consciência sobre o poder que o cidadão detém para lutar por *outro* tipo de sociedade.

No que é o seu raio de atuação, o local, considera-se que os objetivos da CIM são atingidos pelo reforço da resiliência e autonomia comunitária. Com metade de uma década de funcionamento, o caminho da Minga tem sido feito de forma gradual, pela construção de soluções coletivas que pretendem substituir *mantras* que subjagam o ambiente e as pessoas à perseguição de um crescimento económico que não privilegia a maioria, nem responde às necessidades de um espaço como Montemor-o-Novo.

Enquadradas no que são iniciativas de pequena escala, estas experiências coincidem não só com a teoria do decrescimento, como também com as reivindicações pós-desenvolvimentistas no *Norte*. São respostas dos ‘indignados’ que não se revêm no paradigma obsoleto de um desenvolvimento economicista, produtivista e dominador que, pese embora seja um produto desta parte do mundo, o subjuga na persecução insustentável de um mito. Fundada em Portugal, a CIM procura responder ao despovoamento das zonas interiores, promovendo de forma geral todas as necessidades essenciais à vida, sob uma lógica de ajudada, em que se prima o trabalho coletivo e a cooperação em detrimento do individualismo cultural. Como a cooperante E₅ diz “*isto é o micro, não é? Mas acho que o decrescimento também começa aqui*”.

No contexto atual, de debate e emergência de propostas alternativas, torna-se pertinente continuar a acompanhar o trajeto da CIM, mas também de projetos idênticos que estão a surgir no território nacional e europeu. Este seguimento permitirá analisar os processos em si e compreendê-los à luz uns dos outros, não em comparação, mas pela forma como amadurecem, a partir de uma resistência constante ao cânone dominante. Este ‘remar contra a maré’, a partir de experiências enraizadas no local, constituem passos na construção de um *novo mundo*: um ambientalmente mais sustentável, economicamente mais justo e socialmente mais igualitário.

VI. Bibliografia

- Alexander, S. (2015). Simplicidad. In G. D’Alisa, G., F. Demaria & G. Kallis (Eds.). *Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era.* (pp.214-218). Barcelona: Icaria editorial.
- Andreoni, V. (2018). Social equity and ecological sustainability through the lens of degrowth. In P. Spinozzi & M. Mazzanti (Eds.). *Cultures of Sustainability and Wellbeing. Theories, histories and policies.* (pp.135-145). Nova Iorque: Routledge.
- Arancibia, F. (2012). De LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. *Revista Sociedade e Estado, Volume 27(1)*, 193-196. Obtido a 05/05/19 de <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n1/11.pdf>
- Código Cooperativo. (2015). Lei 119/2015 de 31 de agosto atualizada para a Lei n.º 66/2017, de 09/08/17. Obtido a 10 de setembro de 2019 de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2469&tabela=leis&so_mio_lo=
- Bádue, A. (2012). *A nebulosa do decrescimento. Um estudo sobre as contradições das novas formas de fazer política.* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Bendix, D. (2017). Reflecting the Post-Development gaze: the degrowth debate in Germany. *Third World Quarterly, Vol.38(12)*, 2617-2633. Obtido a 25/04/19 de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2017.1314761>
- Bennet, C. (2012). Supporting the Posts in Development Discourse: Under-development, Over-development, Post-development. *Sociology Compass, Vol.6(12)*, 974–986. Obtido a 29/04/19 de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/soc4.12005>
- Borowiak, C. (2015). Mapping Social and Solidarity Economy: the Local and Translocal Evolution of a Concept,” In N. Pun, B. Hok-bun Ku, H. Yan & A. Koo (Eds.) *Social Economy in China and the World* (pp.17-40). Nova Iorque, EUA: Routledge.
- Bocato-Franco, A. (2012). O decrescimento no Brasil. In P. Léna & E. Nascimento (Eds.). *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade.* (pp.269-288). Rio de Janeiro: Garamong.

Buhr, K., Isaksson, K. & Hagbert, P. (2018). Local Interpretations of Degrowth—Actors, Arenas and Attempts to Influence Policy. *Sustainability*, 10(1899), 1-14. Obtido a 02/05/19 de <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/6/1899/pdf>

Burkhart, C., Eversberg, D., Schmelzer, M. & Treu, N. (2016). *In Movement, Strengthening Alternatives and Overcoming Growth, Competition and Profit*. Alemanha: Degrowth in movement(s). Obtido a 10/05/19 de https://www.degrowth.info/wp-content/uploads/2016/12/DIM_Degrowth.pdf

Caeiro, J. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálysis Florianópolis Vol.11(1)*, 61-72. Obtido a 01/06/19 de <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/06.pdf>

Cargonomia. (2019). *Who we are*. Obtido a 21/07/19 de <http://cargonomia.hu/who-we-are/?lang=en>

Carlson, S. (2012). *Degrowth in Action, from Opposition to Alternatives Building - How the Cooperativa Integral Catalana enacts a Degrowth vision*. Human Ecology Division, Department of Human Geography, Faculty of Social Sciences, Lund University, Suécia.

Carvalho, S. & Aquino, S. (2017). O Modelo de Decrescimento, Crescimento e Desenvolvimento Sustentável Diante do Paradigma de Sustentabilidade. *Revista Faculdade Santo Agostinho, Vol.14(1)*, 79-105. Obtido a 07/02/19 de <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1268/1122>

Cattaneo, C., D'Alisa, G., Kallis, G. & Zografos, C. (2012). Degrowth futures and democracy. *Introduction/Futures* 44, 515–523. Obtido a 24/05/19 de <https://degrowth.org/wp-content/uploads/2012/11/Introduction-Degrowth-futures-and-democracy.pdf>

CES. (2019). *Apresentação*. Obtido a 09/10/19 de <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2019/epistemologias-do-sul-v>

Chertkovskaya, E., Paulsson, A., Kallis, G., Barca, S. & D'Alisa, G. (2017). The vocabulary of degrowth: A roundtable debate. *ephemera: theory & politics in organization, Vol.17(1)*, 189-208. Obtido a 10/09/19 de <file:///J:/17-1degrowthroundtable.pdf>

CIC. (2019). *General Principles*. Obtido a 12/07/19 de <https://cooperativa.cat/en/general-principles/>

CIM. (2019). *As Secções da Minga*. Obtido a 10/07/19 de <https://mingamontemor.pt/seccao/>

CIM. (2019a). *Guia do Cooperante*. Obtido a 18/05/19 de <https://mingamontemor.pt/cooperativa-integral/guia-do-cooperante/>

CIM (2019b). *O que é a Minga?* Obtido a 18/05/19 de <https://mingamontemor.pt/cooperativa-integral/sobre/>

Coraggio, J. (2010). La economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integracion regional Lationamericana. *Revista de Economia Solidária 2. A crise actual e as respostas da economia solidaria*. ACEESA. Obtido a 01/03/19 de http://base.socioeco.org/docs/revista_n2_miolo.pdf

Cosme, I., Santos, R. & O'Neill, D. (2017). Assessing the degrowth discourse: A review and analysis of academic degrowth policy proposals. *Journal of Cleaner Production*, 149, 321-334. Obtido a 22/04/19 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652617302202>

Cristaldo, R., Senna, J. & Matos, L. (2018). As narrativas fundamentais do mito do desenvolvimento econômico e o neodesenvolvimentismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 52(3), 527-553. Obtido a 07/03/19 de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/74977/71797>

Csoma, Á. & Lazányi, O. (2019). Reimagining the world of (care)work: the case of Cargonomia. *Socio-Ecological Economics*. Viena. Obtido a 11/07/19 de <https://www.exploring-economics.org/en/discover/reimagining-world-carework-case-cargonomia/>

D'Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (2015). *Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era*. Barcelona: Icaria editorial.

Demaria, F., Schneider, F., Sekulova, F & Martinez-Alier, J. (2013). What is Degrowth? From an Activist Slogan to a Social Movement. *Environmental Values* 22, 191–215. Obtido a 11/04/19 de https://www.degrowth.info/wp-content/uploads/2014/07/What_is_Degrowth_FDemia-2013_Env_Values-libre.pdf

Díaz, N. (2015). Economía Popular, Social y Solidaria. In G. D'Alisa, F. Demaria & G. Kallis (Eds.). *Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era* (pp.331-334). Barcelona: Icaria editorial.

Donato, M. (2009). Decrecimiento o barbarie. Entrevista a Serge Latouche. *PAPELES*, N.º107, 159-170. Obtido a 10/05/19 de https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Entrevistas/Entrevista_Serge_Latouche.pdf

Dombi, J. (2015). Sustainable Consumption in the De-growth Transition The Case of Local Foods. In E. Hetesi & Z. Vas. (Eds.) *New Ideas in a Changing World of Business Management and Marketing* (pp.100-109). Szeged: University of Szeged.

Escobar, A. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Nova Jersey: Princeton University Press.

Escobar, A. (2015). Decrecimiento, post-desarrollo y transiciones: una conversación preliminar. *Interdisciplina* 3(7): 217-244. Obtido a 24/02/19 de <http://www.revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/52392/46639>

Ferreira, L., Torrecilha, N. & Machado, S. (2012). A Técnica de Observação em Estudos de Administração. XXXVI Encontro da ANPAD (pp. 1-15). Rio de Janeiro: EnAnpad. Obtido a 24/06/19 de <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.7b%20observacao%201.pdf>

Gombos, M. & Párdi, E. (2017). *Transition towards sustainability in Budapest through the case of a degrowth fueled social cooperative*. Aalborg University, Dinamarca.

Gonçalves, J. (2016). Cooperativa Integral Minga in the Alentejo Region. New Production Practices of Solidarity. *Ökologisches Wirtschaften*. Vol. 31(3), 25-26. Obtido a 18/06/19 de <https://www.oekologisches-wirtschaften.de/index.php/oew/article/download/1500/1471>

Gonçalves, J. (2017). Cooperativa Integral Minga. In Autonomía Sur Cooperativa Andaluza. (Eds.). *Uma política económica local alternativa. Experiências de desenvolvimento local autónomo e autogestionario no Alentejo, Algarve e Andaluzia*

(pp.108-115). Andalucía: Junta de Andalucía. Consejería de la Presidencia y Administración Local.

Growl. (2014). Growl Module: Solidarity & Cooperative Economy. *GROWL Course* (pp.1-26). Thessaloniki, Greece: Antigone & Iliosporoi Network.

Gudynas, E. (2014). El postdesarrollo como crítica y el Buen Vivir como alternativa. In G. Ramos (Eds.), *Buena Vida, Buen Vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad* (pp.61-95). México: UNAM México.

Gudynas, E. (2017). Posdesarrollo como herramienta para el análisis crítico del desarrollo. *Estudios Críticos sobre el Desarrollo*, 7(12), 193-210. Obtido a 08/03/19 de <http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasCriticaRaicesDesarrolloMx17.pdf>

Gudynas, E. & Acosta, A. (2011). La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 16(53), 71-83. Obtido a 04/04/19 de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27919220007>

Hirsch, E. (2017). The unit of resilience: unbeckoned degrowth and the politics of (post)development in Peru and the Maldives. *Journal of Political Ecology*, Vol.24, 462-475. Obtido a 26/09/19 de <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/JPE/article/view/20884/20475>

ICA (2018). *What is a cooperative?* Obtido a 01/02/19 de <https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>

Johanisova, N., Padilla, R. & Parry, P. (2015). Cooperativas. In G. D'Alisa, F. Demaria & G. Kallis (Eds.). *Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era*. (pp.230-234). Barcelona: Icaria editorial.

Kallis, G., Demaria, F. & D'Alisa, G. (2015). Decrecimiento. In G. D'Alisa, G., F. Demaria & G. Kallis (Eds.). *Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era*. (pp.36-59). Barcelona: Icaria editorial.

Kallis, G. (2011). In defence of degrowth. *Ecological Economics*, 70, 873-880. Obtido a 12/05/19 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800910005021>

Kallis, G. & March, H. (2015). El Futuro Dialéctico Del Decrecimiento: ¿Ficción Distópica O Proyecto Emancipador? *Revista de Economía Crítica*, 19, 21-33. Obtido a 29/02/19 de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5120528>

- Kallis, G., Kerschner, C. & Martinez-Alier, J. (2012). The economics of degrowth. *Ecological Economics*. Obtido a 13/04/19 de https://gu.se/infoglueCalendar/digitalAssets/1781245508_BifogadFil_Kallis_2012_The-economics-of-degrowth.pdf
- Kothari, A., Demaria, F. & Acosta, A. (2014). Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy. *Development* 57(3-4), 362-375. Obtido a 30/04/19 de https://www.researchgate.net/publication/287984144_Buen_Vivir_Degrowth_and_Ecological_Swaraj_Alternatives_to_Sustainable_Development_and_Green_Economy
- Latouche, S. (2011). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Latouche, S. (2015). Desastre, pedagogía del. In G. D'Alisa, F. Demaria & G. Kallis (Eds.), *Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era* (pp.143-145) Barcelona: Icaria editorial, s.a.
- Léna, P. & Nascimento, E. (Orgs). (2012). *Enfrentando os Limites do Crescimento. Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Mandau, N. (2018). *Postdesarrollo, Decrecimiento y el Buen Vivir: Un Análisis Comparativo*. Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, Universidad Complutense Madrid: Madrid.
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martínez-Alier, J.; Pascual, U.; Vivien, F. & Zaccai, E. (2010). Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological Economics*, 69, 1741-1747. Obtido a 20/04/19 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800910001606>
- Meira, T. (2013). *Perspetivas para um Decrescimento Sustentável: comparação entre Portugal e Brasil*. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa.
- Meneses, M. (2008). Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 5-10. Obtido a 09/10/19 de <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/80/RCCS80-002-Introducao-005-010.pdf>

- Mohajan, H. (2018). Qualitative Research Methodology in Social Sciences and Related Subjects. *Journal of Economic Development, Environment and People*. Vol.7(1), pp. 23-48. Obtido a 11/08/19 de <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/85654/>
- Namorado, R. (2009). Cooperativismo. In A. Cattani, J. Laville, L. Gaiger & P. Hespanha. (Eds.). *Dicionário Internacional Da Outra Economia* (pp.96-102). Coimbra: Almedina-CES.
- Ortiz, R. (2017). *La Cooperativa Integral Catalana: Una plataforma para una red de redes*. Universitat Rovira I Virgili, Tarragona. Obtido a 23/03/19 de <http://repositori.urv.cat/fourrepublic/search/item/TDX%3A2742>
- Ospina, O. & Masullo-Jiménez, J. (2017). Alternative Development is no longer an alternative – Post-development could be. *Filosofia de la Economía*, Vol.6(2), 99-119. Obtido a 20/03/19 de <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/filoecon/article/download/11412/pdf>
- Petridis, P., Muraca, B., & Kallis, G. (2015). Degrowth: between a scientific concept and a slogan for a social movement. In J. Martínez-Alier & R. Muradian (Eds.), *Handbook of Ecological Economics* (pp.176–200). Reino Unido: Edward Elgar Pub.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grávida.
- Rist, G. (2012). O decrescimento para todos? In P. Léna & E. Nascimento (Eds.), *Enfrentando os Limites do Crescimento. Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade* (pp.135-146). Rio de Janeiro: Garamond.
- Rocha da Silva, F. (2016). O Conceito de Desenvolvimento no Pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, Vol.17(2), 170-181. Obtido a 28/01/19 de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/4671/3585>
- Romano, O. & Lauriola, V. (2012). Decrescimento e dispêndio: diálogo em torno de críticas ao crescimento e apostas antiutilitaristas. In P. Léna & E. Nascimento (Eds.), *Enfrentando os Limites do Crescimento. Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade* (pp.391-414). Rio de Janeiro: Garamond.
- Roque Amaro, R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos* 34, 75-111. Obtido a 15/03/19 de <https://journals.openedition.org/cea/2335>

Sarr, F. (2016). *Afrotopia*. EUA: University of Minnesota Press.

Schmid, S., Brückner, S. & Drescher, C. (2016). *The Emergence and Development of Degrowth Initiatives: A Case Study of Dublin*. Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn, Alemanha. Obtido a 24/05/19 de https://bridgefootstreetcommunitygarden.files.wordpress.com/2017/09/degrowth-initiatives-in-dublin_report-for-participants.pdf

Sempere, J. & Garcia, E. (2014). ¿Qué Papel Pueden Tener Las Cooperativas En Una Transición Postcarbono? Reflexiones Desde El Cooperativismo En Cataluña. *Revista de Economía Crítica*, Nº18, 31-46. Obtido a 02/05/19 de http://autonomiasur.org/wp/wp-content/uploads/2014/08/3_Sempere_Garcia_CooperativasTransicionPostcarbono.pdf

Sérgio A. (1958-1960?). «Quadro Geral do Cooperativismo e do sector cooperativo». In A. Sérgio (Dir.), *O cooperativismo: objetivos e modalidades* (pp.VII-2). Porto: Centro Coop.

Singer, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, Vol.16(1-2), 100-112. Obtido a 19/05/19 de <http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Schneider, F., Kallis, G. & Martínez-Alier, J. (2010). Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production*, Vol.8(6), 511-518. Obtido a 01/05/2019 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652610000259>

Tight, M. (2017). *Understanding Case Study Research: Small-scale Research with Meaning*. Londres: SAGE.

Unión de Cooperativas de Consumidores y Usuarios de Madrid (2015). *Guía de Cooperativas Integrales en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Uncuma.

Ziai, A. (2014). Post-Development concepts? Buen Vivir, Ubuntu and Degrowth. *Development, society, future* (pp. 1-9). Leipzig: Degrowth Conference Leipzig 2014.

Ziai, A. (2015). ‘Post-Development Concepts? Buen Vivir, Ubuntu and Degrowth’. In B.

Sousa Santos & T. Cunha (Eds.), *Epistemologies of the South: South-South, South-North and North-South Global Learnings. Other Economies* (pp.143–154). Coimbra: CES.

VII. Anexos

Anexos A

Guião de Entrevistas

1. Fale-me da Minga...

(O que é, as suas atividades, como foi criada, por quem, o que pretendem, o que têm atingido, quem são as pessoas que estão ligadas ao projeto).

2. Relação com a cooperativa:

2.1. Há quanto tempo está na cooperativa? E em que qualidade (membro, sócio, membro-fundador)?

2.2. O que o/a levou a associar-se à Minga?

2.3. Qual a sua função na cooperativa?

2.4. Tem algum setor a encargo?

2.4.1. Em que consiste o setor pelo/pela qual é responsável?

2.4.2. Qual é o objetivo do setor e a contribuição para a cooperativa?

2.5. O que pensa do modelo da cooperativa e como o avalia?

2.6. O que pensa do modelo de desenvolvimento convencional e como o avalia?

2.7. Qual o papel da Minga no ambiente socioeconómico geral? E como acha que a cooperativa veio alterar a vida da população de Montemor-o-Novo?

3. Decrescimento

3.1. O que entende por decrescimento?

3.2. O que é que caracteriza a Minga como uma cooperativa decrescentista na prática?

Relocalização da Economia

3.2.1. Na sua opinião, de que forma a cooperativa promove uma economia local e de proximidade?

3.2.2. A Minga constitui-se como um sistema local de fornecimento?

3.2.3. De que forma a descentralização é um aspeto importante para a Minga?

3.2.4. E a reutilização de recursos?

3.2.5. A cooperativa é autossuficiente (a nível alimentar, económico e financeiro)?

Restabelecimento da Democracia

3.2.6. Sente-se bem informado e conhecedor da estrutura organizativa e do funcionamento da cooperativa?

3.2.7. Sente que o processo de tomada de decisão da cooperativa é participativo, horizontal e transparente?

3.2.8. Costuma participar nas reuniões da cooperativa?

3.2.9. De que forma a cooperativa fomenta a participação dos membros e da comunidade?

Mudança voluntária de comportamentos e valores:

3.2.10. Desde de que está na cooperativa, sentiu que os seus valores e/ou comportamentos mudaram? De que forma?

3.2.11. Está mais consciente dos bens e serviços que consome?

3.2.12. O seu consumo (de bens e serviços) mudou?

3.2.13. Costuma consumir bens e serviços da cooperativa?

3.2.14. O seu ritmo de vida mudou desde que se juntou à cooperativa?

4. Quer acrescentar alguma coisa?

Anexos B

Tabela 1. Grelha de Análise de Entrevistas

Entrevistado	Ficha Técnica Horizontal Pergunta 1: Fale-me da Minga...
E ₁	<p>“Epá eu acho que cada um descreve a Minga de maneira diferente, portanto não... acho que é preciso ver e interpretar e cada um fazer a leitura que tem. Eu não tenho uma visão global da Minga porque faço umas coisas muito específicas e estou muito mais virada para a parte dos serviços e para a gestão operacional da parte dos serviços”.</p>
E ₂	<p>“A Minga é uma cooperativa integral, ou seja, pretende agir ou pode agir em todas as áreas necessárias ao viver... e trabalha de acordo com os princípios do decrescimento em que a ideia é consumir menos, consumir sobretudo de base local e há também a ideia de que os... os produtores recebem o suficiente para viver... estas coisas todas... o biológico... o sustentável... pronto...”</p> <p>“Também posso dizer o que eu acho que é a Minga. A Minga não existe na realidade... é uma ferramenta partilhada, é uma estrutura que existe e que qualquer pessoa pode usar para fazer coisas... em geral tem a ver com... a parte mais visível se calhar é... formalizar atividades económicas”</p> <p>“não há uma entidade Minga ah... como normalmente há. Não há posições oficiais da Minga... são pessoas... e as pessoas têm opiniões”</p> <p>“Depois há a Minga vista de fora, e a Minga aqui... nós temos feito uma boa comunicação, por sinal. Chega às pessoas... até a imagem que há fora da Minga é provavelmente diferente da que há na Minga. De fora parece um projeto se calhar... (...) mais ideológico e mais idílico. Mas aqui é uma coisa muito mais prática...”</p>
E ₃	<p>“A Minga é uma cooperativa integral que... a ideia é que possa ter atividade em todas as áreas necessárias ao viver. A Minga tem quatro secções que é a serviços, agrícola, comercialização e... habitação.”</p> <p>“(...) para mim o que a Minga acaba por ser é um veículo que as pessoas podem usar para ter uma atividade profissional com que se sintam bem porque nós muitas vezes estamos presos a um trabalho a tempo inteiro, a termos que ter pagar um tear aberto... acaba por nos deixar presos a uma série de sistemas e desmotivados... e aqui acabas por ter uma liberdade completamente diferente, não é?”</p> <p>“Pronto depois de uma forma mais ideológica, (...) a Minga está relacionada com isto, com o processo decrescentista. Para já de poder habilitar as pessoas mais do interior de terem esta liberdade de prestar serviços de uma forma legal”.</p>
E ₄	<p>“A Minga é uma cooperativa multissetorial... aberta aos cidadãos residentes em Montemor-o-Novo que precisem de utilizar os seus serviços de faturação e exercer os seus negócios. (...) É uma cooperativa multissetorial, tem a componente produtiva, produção de bens alimentares e de bens não alimentares – a secção agrícola e a secção de comercialização, de serviços e habitação”.</p>
E ₅	<p>“Um sítio que valia a pena conhecer por estar de acordo com o que nós vínhamos aqui à procura. (...) Neste momento, acho que funciona quase como uma plataforma para muitas pessoas que usufruem de diferentes formas, baseado não só no seu interesse pessoal, mas numa tentativa de bem comum”.</p> <p>“Acho que neste momento é um agente de mudança ou que, pelo menos, quem procura essa mudança, seja a nível mais pessoal, seja a nível profissional, seja a nível de conhecimento ou até só porque lhe dá jeito naquele momento da sua vida...”</p>
E ₆	<p>“Uma cooperativa multissetorial, uma cooperativa integral no fundo, um organismo que responde a todas essas necessidades que temos no quotidiano”</p>
E ₇	<p>“Para mim a Minga e o uso que eu dou à cooperativa é como incubadora de pequenas empresas (...). A gente usa para legitimar a produção de produtos à maneira de cada um, pode ser produtos da nossa horta, se o pessoal do artesanato quiser ter uma loja onde vender as suas coisas, bem como, por exemplo, faturar para serviços também dá”.</p>

Anexo C

Tabela 2. Caracterização Geral dos Entrevistados

Idade	Habilitação Literária	Situação perante o emprego	Há quanto tempo está na Minga? Em que qualidade?	Fundou a Minga?	Faz atualmente parte dos órgãos sociais?	É responsável por algum setor? Qual?
47	Licenciatura	Desempregado	1 ano e 8 meses, Sócio-Efetivo	Não.	Sim.	Não.
31	Doutoramento	Empregado (Minga)	2 anos; Sócio-Efetivo	Não.	Sim.	Sim. Agrícola.
38	Licenciatura	Empregada	2 anos e meio/3; Sócia-Efetiva	Não.	Sim.	Sim. Comercialização.
35	Doutoramento	Empregado (Minga)	4-5 anos; Sócio-Efetivo	Sim.	Sim.	Sim. Agrícola e Habitação.
31	Mestrado	Empregada	2 anos; Sócia-Efetiva	Não.	Sim.	Não.
36	Licenciatura	Empregada	4-5 anos; Sócia-Efetiva	Sim.	Não.	Sim. Habitação.
26	Licenciatura	Empregada	3 anos, Sócia-Efetiva	Não.	Sim.	Não.